

A Revista do CAAP pretende ser um espaço institucional constantemente aberto à produção científica do alunato de nossa Faculdade. Não há como conceber a vivência plena da experiência universitária fora de uma perspectiva que coordene ensino, pesquisa e extensão, preparando o acadêmico para o exercício da Ciência enquanto prática cotidiana, vinculada, portanto, a uma função social. O CAAP, enquanto órgão de representação discente, tem por escopo o estímulo à reflexão crítica acerca dos temas do Direito e da Sociedade, buscando em nossa produção científica a realização de um projeto de universidade e de universitário. E é justamente nesse sentido que a Revista do CAAP dá prosseguimento à sua nova fase, com o lançamento de mais este número. A excelência de nossos acadêmicos foi submetida ao crivo de quinze Professores Doutores da Casa de Afonso Pena, que avaliaram os artigos partindo de critérios relacionados à atualidade do tema tratado, precisão conceitual, coerência e rigor científico. Todo esse esforço consumiu um ano, resultando em uma seleção de trabalhos que brinda os leitores com reflexões sobre os mais diversos aspectos do Direito, todas elas desenvolvidas com talento e seriedade por parte de membros da nossa comunidade acadêmica.

A tarefa de pensar (e repensar) o Direito através da pesquisa é nossa única garantia

# REVISTA DO CAAP

## PUBLICAÇÃO OFICIAL DO CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA



Rev. do CAAP	Belo Horizonte	Ano III	N. 4	P. 1-263	1998
--------------	----------------	---------	------	----------	------

---

R 454 Revista do CAAP  
Ano III n. 4 - Nova Fase  
(1998) - Belo Horizonte: Centro Acadêmico Afonso Pena /  
Faculdade de Direito da UFMG

Periodicidade: semestral

I - Direito - Periódicos - Centro Acadêmico Afonso Pena - Faculdade  
de Direito da UFMG

CDU 34 (05)  
CDU 340.05

---

**Enviamos em permuta**

*Enviamos en canje*

*Nous envoyons en échange*

*Inviemo in cambio*

*We send you in exchange*

*Wir senden in tausch*

**CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA**

Faculdade de Direito da UFMG

Av. Álvares Cabral, 211 - Centro - CEP: 30.170-000

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Projeto Gráfico:

**Dilex Editoração Ltda** - Tel.: (031) 373-4915

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas  
são da responsabilidade dos respectivos autores

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

ISSN 1415-0344

**CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA**

*Gestão "Caminhando contra o Vento"*

**Presidente:** Leonardo Carneiro Assumpção

**Vice-Presidente:** Guilherme Rocha

**Secretária-Geral:** Daniela Lima de Andrade

**Secretário-Adjunto:** Isac Moreno

**Primeiro-Tesoureiro:** Flávio Lima

**Segundo-Tesoureiro:** Renan Serpa

**Diretoria de Ensino e Pesquisa:** Ana Carolina Cruz, Bruno Nominato, Bruno de Vilhena, Carlos Lindomar Souza, Fábio Figueiredo, Gisele Melo, José Emílio Medauar Ommati, Leonardo Vieira, Pablo Dutra, Roberto Novaes, Rodrigo Carvalho

**Diretoria de Cultura:** Adriana Baêta, Alessandro Marques, Ana Carolina Simões, Bárbara Liz, Bárbara Turra, José Lames, Juliana Versieux, Kassim Raslan, Laís Souza, Leonardo Rezende, Luciana Xavier, Ricardo Pereira, Thiago Decat, Tiago Menicucci, Wagner de Aguiar

**Diretoria de Extensão:** Alisson Miserani, Antônio Godoi, Bruno Rennó, Igor Silva, Iris Silva, Maria Cecília, Paulo Rezende, Pedro Guedes, Sérgio Leonardo, Tácio Muzzi, Tales Krauss, Thiago Camargo

**Diretoria de Assistência:** Daniel Leite, Daniel Saliba, Luiz Carlos, Marcelo Tavares

**Diretoria de Comunicação Social:** Adriano Castro, Ana Costa, Bruno Penido, Cristina Patrus, Fernanda Martins, Gustavo Chaves, Ludmila Tito, Matheus de Oliveira

**Egrégia Congregação:** Damião Azevedo, José Eduardo Romão, Juliano Veloso, Leonardo Carneiro Assumpção, Leonardo Rezende, Thales Catta Preta, Thiago Camargo, Thiago Cardoso

**Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Graduação:** Caroline Dantas, Cristina Patrus, Daniel Saliba, Isac Moreno, Leonardo Carneiro Assumpção, Maraluce Custódio

**Departamento de Introdução ao Estudo do Direito e Direito do Trabalho:** Eduardo Nicolau, Guilherme Rocha, José Emílio Medauar Ommati, Tácio Muzzi

**Departamento de Direito e Processo Civil e Comercial:** Bruno de Almeida, Bruno Nominato, Gustavo Chaves, Rodrigo Carvalho

**Departamento de Direito Público:** Bruno Vilhena, Leandro Mourão, Leonardo Rezende, Taísa Oliveira

**Departamento de Direito e Processo Penal:** Íris Silva, Leonardo Botelho, Thales Catta Preta, Thiago Cardoso

**Diretoria de Movimento Estudantil e Movimento de Área:** Bruno de Almeida, Gustavo Torres, Isac Moreno, Juliano Veloso, Leandro Mourão, Thales Catta Preta, Vitório Silvestre

**Coordenação Especial de Órgãos Colegiados:** José Eduardo Romão, Leonardo Barbosa, Thiago Cardoso

**Agradecemos ainda àqueles que, mesmo não fazendo parte da Gestão, caminharam conosco, nos ajudando em diversas tarefas. Sem essas pessoas, o nosso trabalho ficaria prejudicado.**

**Dentre elas podemos citar:**

Rafael Moreira Miranda, Marcela Furtado, Renata Camilo de Oliveira, Gisela Palmieri Torquato, Élide Graziane, Paula Dorella, Leonardo Weber, Ana Paula Reis, Isabela Pinheiro, Sérgio Duarte, Marcos Lourenço, Patrícia Rosário Santos, Caio Magalhães Nunes

## REVISTA DO CAAP CONSELHO EDITORIAL

*(em ordem alfabética)*

PROF. ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA

PROF. AROLDO PLÍNIO GONÇALVES

PROFA. ELZA MARIA DE MIRANDA AFONSO

PROF. HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

PROF. JAIR LEONARDO LOPES

PROF. JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO

PROFA. MIRACY BARBOSA DE SOUZA GUSTIN

PROFA. MIZABEL DE ABREU MACHADO DERZI

PROF. OSIRIS ROCHA

PROF. OSMAR BRINA CORRÊA-LIMA

PROF. PAULO NEVES DE CARVALHO

PROF. RAUL MACHADO HORTA

PROF. SACHA CALMON NAVARRO COELHO

PROFA. SHEILA JORGE SELIM DE SALES

PROF. WASHINGTON ALBINO PELUSO

## Apresentação

*Por favor, não veja a Revista do CAAP como um indicador de qualidade do ensino.*

Poucas são as instituições no Brasil que, tendo se dedicado à causa da luta política e da defesa do ensino, chegaram aos 90 anos. Mais antigo que a própria UFMG, o Centro Acadêmico Afonso Pena vivenciou, durante sua existência, vários projetos políticos e várias concepções de Universidade. Reflexo destas mudanças, seu corpo social transformou-se de maneira radical nestes 105 anos e, desde a fundação da Faculdade Livre de Direito, continua um espelho das concepções políticas de ensino e de Direito da capital mineira. Conscientes de seu permanente papel de formação e produção intelectual, os universitários desta Vetusta Casa afirmam, mais uma vez, suas idéias nesta Revista que agora fazem publicar.

Quando do lançamento da primeira edição da Revista dos estudantes, nos idos tempos de 1921, nossos colegas viviam outra realidade institucional, cultural e política. Ambicionavam a idéia de Universidade como centro de cultura, dedicado à formação integral do profissional em seus aspectos humanos mais elevados. Seis anos depois, em 1927, surgiu, da união dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia, a Universidade de Minas Gerais. A conformação institucional que esta concepção de Universidade exigia tornou-a pública e dotada de recursos suficientes para seu bom funcionamento muito embora, na prática, inexistisse um ambiente “universitário”.

Durante a década de 50 o diploma dessa instituição ainda marcada pela figura do professor catedrático, de cursos enciclopédicos e elitistas que teimava

em não perceber as mudanças sociais e econômicas que se operavam em nosso país ainda era sinal de prestígio e *status* social.

Apesar disto os estudantes brasileiros inconformados com o caráter excludente e retrógrado da universidade promoveram, através da finada UNE, em maio de 1960, o Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária. Nasce aí um documento que marca o início da luta por uma Universidade capaz de elaborar uma cultura nacional e popular, participante da construção de um modelo econômico definido por interesses nacionais e, principalmente, permeada por um espírito democrático, crítico e socialmente atuante.

Em contrapartida a estas idéias, tão logo chegaram ao poder, os militares passaram a reprimir estudantes e intelectuais como parte de seu projeto político. Da mesma forma que a doutrina da segurança nacional, a desnacionalização do ensino (leia-se acordos MEC-USAID) proposta pelo novo regime tinha suas implicações geopolíticas: a instalação em países periféricos como o Brasil de indústrias multinacionais que careciam de quadros técnicos preparados. Portanto, a Universidade deveria alterar seu perfil em função destes interesses político-econômicos.

As polêmicas que marcariam a partir daí as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, seriam fundadas na incapacidade desta instituição de oferecer saídas adequadas às exigências de formação cada vez mais numerosa de mão de obra barata e acrítica, por conta das diretrizes governamentais, e às exigências da construção de um espaço de transformação social, de crítica e resistência política, por parte dos setores progressistas sempre presentes no ambiente universitário.

Valendo-se da demanda de cursos superiores incentivou-se, ainda durante o Regime Militar, a criação de cursos particulares que muitas vezes funcionavam como cursos de fins-de-semana. Hoje, a presença da iniciativa privada na educação superior apresenta-se de forma bastante diferente. Com instituições bem montadas, voltadas quase exclusivamente para o ensino em larga escala, dispendo de capital em grande monta e valendo-se de uma bem articulada bancada no Congresso Nacional, os cursos particulares representam uma ameaça às instituições públicas de ensino superior e, pior, ameaçam o modelo de ensino público, desvinculado de interesses empresariais, políticos e ideológicos.

A estratégia presente nas reformas propostas durante os governos autoritários dos últimos 40 anos: o Regime Militar e o Governo Fernando Henrique tem traços comuns muito bem definidos a começar pela idealização das diretrizes básicas por técnicos estrangeiros(estabelecidos nos acordos MEC-USAID ou

através do Consenso de Washington). Nos dois casos a “produção universitária” é reduzida à educação e, mesmo esta, é encarada como um fenômeno isolado do nosso quadro social e político. A reforma universitária é identificada com remodelações técnico-administrativas como a departamentalização do final dos anos sessenta ou a idéia de Organização Social lançada por Bresser. Mascando as opções políticas determinantes destas ideologias pouco originais temos valores como *eficiência, racionalização e produtividade* colocados como palavras-chave destas suspeitas mudanças.

Voltamos agora à apresentação da Revista do CAAP. Você, ao ter em mãos este volume tem também um indicador de qualidade e produtividade acadêmica. Ao lado do número de teses e dissertações defendidas, da titulação dos professores e do tamanho da biblioteca temos também a quantidade de publicações. É aí (ou aqui) que mora o perigo.

Por colocar-se longe de querer mascarar os inúmeros problemas que vivemos em nossa graduação como, por exemplo, alguns péssimos professores, aulas sem planejamento e sem discussão, voltadas à reprodução de uma doutrina aceita como ponto final de discussão em um ambiente muitas vezes patrimonialista e clientelista quando não burocrático (no sentido não Weberiano), esta Revista evita o rótulo de “indicador de qualidade”. Ao ler os artigos que, com imenso orgulho, publicamos aqui, é você mesmo quem deve avaliar a nossa produção ao refutar ou concordar com nossos pontos de vista. Queremos que seu juízo se forme a partir da leitura dos nossos textos e não de um índice em uma tabela qualquer publicada pelo MEC ou pela CAPES, de burla fácil e comprovação difícil. A produção científica deve ser avaliada e não medida. Estes termos não são sinônimos. Não é o número de artigos que atestará a qualidade desta revista. Rejeitamos estas concepções porque esta “produtividade” aferida por meio de aspectos quantitativos é cega à crítica e relevância existente - ou inexistente - no trabalho científico financiado com recursos públicos. Ao desviar-se de suas reais finalidades para atender a padrões formais estabelecidos de acordo com pressões políticas evidentes a Universidade contradiz-se, trai aqueles que dedicaram a vida à sua construção e rejeita sua autonomia.

Ao mesmo tempo, o projeto desta Revista, iniciado em 1921 e retomado em 1996, concebida e produzida por alunos, anuncia uma nova lógica de publicações nesta Faculdade. Os artigos foram apresentados ao CAAP, depois de ampla publicação do edital desta Revista, submetidos ao Corpo Editorial composto por respeitados juristas desta casa e finalmente publicados aqueles considerados aptos para tanto; sem apadrinhamento, sem distinções entre colegas que porventura

tenham quaisquer concepções políticas diferentes das nossas.

Ainda desejamos construir aquela universidade planejada pelos estudantes de 1921, 1960 e 1998, holística, crítica, atuante e efetivamente autônoma. Continuaremos a propor e torcemos para que nosso trabalho possa acrescentar algo ao seu. Este é o nosso objetivo. Logo, todas as críticas e sugestões são bem vindas. E, por fim, esperamos que as idéias dos nossos colegas possam continuar ecoando valores e iniciativas inovadoras por mais noventa anos pelo Brasil e pelo mundo.

*Leonardo Carneiro Assumpção*  
*Presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena*  
*Gestão "Caminhando contra o vento" 1998*

*José Emílio Medauar Ommati e Thiago de Azevedo Camargo*  
*Coordenadores da Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena*  
*Gestão "Caminhando contra o vento" 1998*

## Sumário

Fundamentos técnico-jurídicos da reincidência no moderno Direito Penal <i>Fabiano Augusto Martins Silveira</i> .....	15
Pluralismo jurídico: Uma pedra na funda contra o totalitarismo do mercado <i>José Eduardo Elias Romão</i> .....	55
A configuração histórica do Estado, do Direito e da Democracia <i>Kauê Rodrigues Vieira</i> .....	79
O sigilo bancário <i>Leonardo Varella Giannetti</i> .....	95
Fundamentos volitivos no negócio jurídico e na sua conversão <i>Luc da Costa Ribeiro</i> .....	125
Contribuição de melhoria: Um tributo esquecido <i>Luciana Batista Santos</i> .....	143
Suspensão condicional da execução da pena e suspensão condicional do processo penal: A desnecessidade das penas privativas de liberdade <i>Luciana Teixeira Guimarães</i> .....	169

Flexibilização do Direito do Trabalho no Brasil <i>Platon Teixeira de Azevedo Neto</i> .....	195
Meios de comunicação de massas e sua caracterização como fator criminógeno <i>Rodrigo de Abreu Fudoli</i> .....	217
Prolegômeros à hermenêutica jurídica <i>Túlio Lima Vianna</i> .....	243

## FUNDAMENTOS TÉCNICO-JURÍDICOS DA REINCIDÊNCIA NO MODERNO DIREITO PENAL

Fabiano Augusto Martins Silveira\*

---

### Sumário

---

1. Introdução. 2. Fundamentos da reincidência: colocação do problema. 3. A Escola Clássica. 3.1. Improcedência da agravação e o princípio *non bis in idem*. 3.2. Alarme social e a insuficiência da pena anterior. 3.3. Não-obrigatoriedade da agravação. 3.4. Comentários. 4. A Escola Positiva 4.1. Comentários. 5. Tipo legal criminológico repressivo em face da idéia de *personalidade criminosa*. 5.1. Comentários. 6. A reincidência como agravante da imputabilidade. 6.1. Comentários. 7. A idéia de *culpabilidade agravada*. 7.1. Síntese da evolução do conceito da culpabilidade penal. 7.2. O objeto do juízo da culpabilidade no Direito Penal moderno. 7.3. Fundamentos técnico-jurídicos da reincidência. 8. Crítica ao caráter obrigatório da reincidência. 9. Requisitos legais. 10. Natureza jurídica. 11. Efeitos da reincidência e uma nova leitura do princípio *non bis in idem*. 12. Bibliografia.

---

\* Estudante do 10º período da Faculdade de Direito da UFMG. Monitor das disciplinas Direito Penal I e II. Ex-bolsista do CNPq, período em que desenvolveu a pesquisa intitulada *Da reincidência criminal e sua prevenção: Aspectos jurídicos e criminológicos* – sob a orientação da Profª. Sheila Jorge Selim de Sales.